



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

1837

ANO XIV — N.º 49

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA 5 DE MAIO DE 1959

CONGRESSO NACIONAL

12.ª Sessão conjunta

1.ª Sessão Legislativa Ordinária

4.ª Legislatura

Em 5 de Maio de 1959, às 14,00 horas,
no Palácio da Câmara dos Deputados

ORDEM DO DIA

1) Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei n.º 2.346, de 1957, na Câmara dos Deputados e 151, de 1958, no Senado Federal, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências; tendo Relatório sob n.º 3, de 1959, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 46 do Regimento Comum.

2) Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei n.º 4.915, de 1954, na Câmara dos Deputados e 144, de 1958, no Senado Federal, que equipara servidores da União e das autarquias federais à categoria de extranumerários mensialistas, desde que contem ou venham a contar cinco anos de exercício, e dá outras providências; tendo Relatório sob n.º 4, de 1959, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 46 do Regimento Comum.

3) Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei n.º 1.636, na Câmara dos Deputados e 147, de 1958, no Senado Federal, que eleva à primeira categoria os Tribunais Regionais do Trabalho das Terceira, Quinta e Sexta Regiões; cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

Orientação para a votação

Veto n.º	Cédula n.º	Dispositivo a que se refere
1	1	Art. 13 (totalidade)
2	2	Alínea d do parágrafo único do art. 1.º (palavras vetadas)
3	3	Art. 4.º (palavras vetadas)
	4	Art. 10 (totalidade)

Presidência

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

Dia 5 de maio de 1959, às 14 horas:

- 1 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 2.346-57, na Câmara, e n.º 151-58, no Senado, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências;
- 2 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 4.915-54, na Câmara, e n.º 144-58, no Senado, que equipara servidores da União e das autarquias federais à categoria de extranumerários mensialistas, desde que contem ou venham a contar cinco anos de exercício, e dá outras providências.
- 3 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 1.636-56, na Câmara, e n.º 147-58, no Senado, que eleva à 1ª categoria os Tribunais Regionais do Trabalho das 3ª, 5ª e 6ª Regiões, cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

Dia 12 de maio de 1959, às 14 horas:

- 1 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 4.676-58, na Câmara, e n.º 31-57, no Senado, que prorroga a vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências;
- 2 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 2.448-57, na Câmara, e n.º 227-57, no Senado, que autoriza a importação de automóveis para o serviço de transporte de passageiros, dispõe sobre a venda de automóveis apreendidos e dá outras providências;

3 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 505-55, na Câmara, e n.º 84-57, no Senado, que regula o sequestro e o perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso de cargo ou função.

Dia 14 de maio de 1959, às 14 horas:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 2.347-57, na Câmara, e n.º 12-58, no Senado, que eleva à 1ª categoria o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências; Art. 3º (palavras vetadas); Art. 4º (palavras vetadas).

Dia 19 de maio de 1959, às 14 horas:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 2.347-57, na Câmara, e n.º 12-58, no Senado, que eleva à 1ª categoria o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências; Parágrafo único do art. 4º (totalidade); Alíneas a e b do art. 6º (totalidade); Art. 8º (totalidade).

Dia 21 de maio de 1959, às 14 horas:

1 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 2.940-57, na Câmara, e n.º 31-58, no Senado, que regula a situação dos servidores civis e militares candidatos a cargos eletivos ou diplomados para o exercício de mandato legislativo federal;

2 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 3.001-58, na Câmara, e n.º 179-58, no Senado, que modifica a Lei n.º 2.929, de 27 de outubro de 1956, que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e dá outras providências.

Dia 26 de maio de 1959, às 14 horas:

1 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 2.913-56, na Câmara, e n.º 33-57, no Senado, que altera os Quadros da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências;

3 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 4.662-58, na Câmara, e n.º 228-58, no Senado, que modifica a Consolidação das Leis do Imposto do Selo, baixada com o Decreto n.º 33.392, de 9 de março de 1953, e dá outras providências.

Dias 2, 4 e 9 de junho de 1959, às 14 horas:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 4.663-58, na Câmara, e n.º 220, de 1958, no Senado, que altera a legislação do Imposto de Consumo e dá outras providências, sendo apreciados:

no dia 2 de junho:

os itens 29, 36 e 37 da Alteração 1ª (totalidade);

no dia 4 de junho:

o item 1º da Alteração 10ª (palavras vetadas);

o item IV da Alteração 13ª (artigo vetado);

a Alteração 15ª (dispositivo vetado);

no dia 9 de junho:

o parágrafo único do art. 4º (totalidade);

o inciso 6º da alínea IX (palavras vetadas);

o inciso 2º da alínea XV (partes vetadas).

Dia 11 de junho de 1959, às 14 horas:

1 — Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 2.116-56, na Câmara, e n.º 173-58, no Senado, que altera disposições da Lei n.º 2.637, de 1-12-1955, que regula as promoções dos oficiais do Exército e dá outras providências;

Seria insensato promover a industrialização do Nordeste sem, ao mesmo tempo, atacar de rijo o complexo problema de abastecimento dos seus principais centros urbanos. O encarecimento dos gêneros alimentícios nas cidades nordestinas não é alheio ao colapso de algumas das suas indústrias tradicionais nos últimos anos. Importantes medidas serão tomadas neste setor, e a ação deleia deverá irradiar-se de três centros principais: Fortaleza, Recife e Salvador. A industrialização da carne, a instalação de frigoríficos armazéns e silos estão sendo estudadas. A garantia de preços ao produtor de alimentos e a distribuição dos mesmos nas grandes cidades também é objeto de exame. O desenvolvimento da indústria da pesca merecerá todo o nosso apoio, pois o pescado proporciona excelente fonte de proteínas, a preço relativamente baixo.

O entusiasmo que despertou e continua a despertar a Operação Nordeste, em todo o País e a decidida cooperação que, com lucidez e patriotismo, lhe prestam os governos locais, constituem o melhor penhor do êxito dos ingentes esforços em que estamos empenhados, com a energia e o entusiasmo de que somos capazes.

A Operação Nordeste é a aplicação dos princípios da Operação Pan-Americana, por um País, dentro do seu próprio território. Realizando-a, demonstraremos às nobres Nações da América que somos capazes de fazer, dentro de casa, aquilo que almejamos, em escala maior, para o Continente, conforme tivemos ocasião de expressar, quando dirigimos aos povos americanos o nosso apelo, em favor da luta em comum contra o subdesenvolvimento.

É-me sumamente grato assinalar a presença, nesta solenidade, dos ilustres Embaixadores da Colômbia, da Costa Rica e do Equador. Pedirei a esses dignos representantes dos países irmãos que transmitam aos seus Governos, ainda uma vez, a fé que ponho na ampla e decidida peleja que os nossos povos encetaram, para elevação do nível de vida nas áreas menos favorecidas do Continente.

A operação Nordeste não se detém, como não se detém a Operação Pan-Americana. Uma e outra se firmam em forças invencíveis: a aspiração de uma vida melhor e mais alta, o desejo veemente de progresso, o ideal cristão de fraternidade e de justiça. A primeira pretende redimir, no seio do Brasil, uma região que se enpo-braceu e que, entretanto, possui abundantes riquezas para dar à grande Pátria. A segunda almeja banir das Américas as penúrias e privações que desfiguram a personalidade humana e erguer, em todo o Continente, uma civilização que honre a nossa época e os nossos povos.

Vós, nordestinos, podeis estar certos de que a Operação Nordeste é um movimento incoercível, que ninguém poderá sufocar, agora ou mais tarde. E tudo farei para lhe imprimir um ritmo célere, uma feição energética, libertando-o de peias burocráticas.

Estou certo de que o Congresso Nacional proporcionará ao Governo, com presteza, os meios que lhe solicitei para criação e funcionamento da SUDAME. Contudo, a Administração não está parada, enquanto aguarda os imprescindíveis instrumentos legais. Dedicarei aos empreendimentos federais, nesta área, o máximo de recursos ao alcance do Governo, sem sacrifício da política anti-inflacionária que, no momento, não pode deixar de ser estritamente seguida.

Com efeito, a fim de compensar as liberações que estamos autorizando, para execução dos programas do CO-DENO, novas economias serão feitas em outros setores. Pode-se, ainda, cortar em despesas menos essenciais, para que estas obras, tão necessárias, não agravem a conjuntura.

Aqui, mais que em qualquer outra parte do País, a política de desen-

volvimento não deve implicar sacrifício do presente pelo futuro. O homem nordestino, currido por tantos séculos de sofrimentos e desepões, tem direito de exigir resultados imediatos, tem direito de reclamar remédios urgentes e eficazes.

Aqui estou, para dizer-vos, senhores, Juc, neste Governo, vossa confiança, vossa esperança, vossa fé, não serão fraudadas. A vossa luta não tendes decididamente, na luta contra a pobreza, contra a subnutrição, contra o atraso, contra o desemprego, contra, enfim, as angústias e privações que atormentam os bravos irmãos do Nordeste, a quem esta Pátria tanto deve; os bravos irmãos, cujo denodo e pertinácia salvaram a nacionalidade, quando esta ainda se achava nos limbos de sua história. Ficai certos de que este Governo cumprirá os compromissos que assumiu convosco, em hora atribulada, quando o flagelo da seca vos castigava mais uma vez, e com inusitada inclemência."

DISCURSO DO DEPUTADO SR. JOSUÉ DE CASTRO PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 14-4-1959, CUJA PUBLICAÇÃO SERIA FEITA POSTERIORMENTE.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO:

Sr. Presidente, tive a honra de ser designado pelo meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, para dizer algumas palavras nesta sessão comemorativa do Dia Pan-americano.

Tenho a impressão de que ao se comemorar esta data de tão alta significação para a vida de todas as Nações que compõem este Continente, falando em nome de um Partido de massas, que tem suas origens nos mais íntimos anseios do povo brasileiro, nas suas aspirações mais profundas, deveria formular algumas reflexões que traduzissem, até certo ponto, qual a atitude, o pensar e o sentir do povo brasileiro diante da política pan-americana, ou seja, dos estatutos, princípios e doutrinas que, se tendo corporificado dentro do que se chama o Pan-americanismo, têm orientado, de certo modo, os destinos continentais, em matéria de política internacional.

Devo reconhecer que o povo brasileiro, não sendo ainda, em sua totalidade, um povo de indiscutível maturidade política possivelmente não saberia formular certas interpretações ou reflexões que estão acima do seu conhecimento, mas não acima da sua capacidade de sentir. É bem possível, entretanto, que este povo, incapaz dessa formulação em termos de equação doutrinária, o pudesse sentir em termos de uma aguda sensibilidade — de um tato, de um sentido fisiognômico, como chamava Spengler da perspectiva histórica; e se não a compreende em sua totalidade, apresente naquilo que esta política tem de bom, de favorável e de propício a extensão, ao desenvolvimento e ao progresso social da América, e naquilo que essa política tem de negativo, constituindo-se como uma forma de entrave ao desenvolvimento autônomo e autêntico das repúblicas latino-americanas.

O panamericanismo, que no dia de hoje se comemora, constitui sem a menor dúvida, um movimento de ação política internacional, que por suas origens merece a simpatia e a consideração de todos os povos deste continente sinceramente interessados numa política de autêntica solidariedade e de ajuda mútua para superar nossas dificuldades continentais. Não se pode esquecer que este movimento se originou e tomou consistência como expressão de uma política de emancipação do jugo do colonialismo.

Foi a política anticolonialista do século passado que deu origem a este sentimento, chamado de pan-americanismo; tanto assim que, quando se

busca as suas raízes vamos encontrá-las fincadas na grande obra política de emancipação política e econômica das repúblicas latino-americanas. Foi Bolívar quem primeiro formulou o que ele chamou de Pacto Americano, simbolizando, em suas próprias palavras, "como uma instituição que, formando em todas as repúblicas um corpo político, possa apresentar a América ao mundo com um aspecto de majestade e de grandeza, sem exemplo nas nações antigas. A América, assim unida, se o Céu nos concede esse desejado voto — dizia Bolívar — poderá chamar-se a pioneira das Nações e a mãe das repúblicas".

Vem daí este sentimento não ainda corporificado numa doutrina política, expressa e explícita, mas já pressentido como um anseio coletivo, através da voz desse visionário que, como todos os visionários, teve o privilégio de viver no futuro e de viver em grandes realizações, das quais ele foi um verdadeiro precursor; tais como a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas.

Foi Bolívar, sem dúvida, o precursor dessas idéias e dessas instituições. O sentimento que ele lançava na arena política do século passado foi utilizado sob a forma de uma doutrina elaborada, quando James Monroe enviou ao Parlamento uma mensagem presidencial em que explicitamente declarava a necessidade da estruturação de uma política americana na defesa dos interesses territoriais desta parte do nosso planeta. Assim, James Monroe, em sua Mensagem, dizia:

"O continente americano, pelas condições de liberdade e de independência que ele assume e mantém, não pode mais ser considerado como campo para futura colonização por parte de nenhuma potência europeia."

Consubstanciava, assim, a doutrina de Monroe, inicialmente, um desejo de libertação contra o colonialismo e uma defesa contra as ameaças de certas potências europeias que nessa ocasião, em 1823, se aprestavam para provocar um movimento de força no sentido da restauração e reconquista das colônias latino-americanas que se tinham emancipado no começo do século.

Essa política de Monroe, entretanto, quando analisada profundamente, embora traga a marca criadora deste idealismo salutar que deu sentido a muita coisa de útil e disciplinou a ação dispersa das políticas das pequenas nações que compunham o nosso continente, embora — dizia eu — enviada e saturada deste idealismo, tinha também, no seu bojo, uma boa dose de sentido prático e nacionalista e é por isso que igualmente a mim me é muito caro participar das comemorações deste dia, porque o pan-americanismo, ao mesmo tempo que representa um movimento de emancipação contra o colonialismo, significa um movimento de autêntico nacionalismo; de afirmação do espírito de nacionalidade através da compreensão internacional.

E era isso que visava Monroe — unir todas as nações — a fim de que elas pudessem, mutuamente, se ajudar e se defender, embora até certo ponto tuteladas sob a égide da grande potência que se desenhava já no panorama mundial, os Estados Unidos da América.

Evidentemente, essa assertiva, ou melhor, o conteúdo da doutrina lançada por Monroe não tinha uma consistência substancial suficientemente forte, tanto assim que os historiadores mais avisados afirmam que ela não passava de uma audácia política, de uma atitude temerária, quando ele afirmava peremptoriamente, que em

caso de tentativa de qualquer potência europeia, ou mesmo do conjunto dessas potências, reivindicar quaisquer direitos coloniais em terras da América, os norte-americanos estariam dispostos a intervir decisivamente em defesa desses territórios.

Essa promessa, dizem os historiadores, não correspondia a uma realidade do poder bélico dos Estados Unidos daquele época como potência mundial desde que, em face de uma conjugação de forças das potências europeias, os Estados Unidos estariam em tremenda inferioridade. Isto é tanto uma verdade, que a doutrina de Monroe nunca foi levada ao pé da letra na sua substância total. Nenhum Presidente dos Estados Unidos, na verdade, quis reafirmar esse princípio de aliança bélica de mancha categorica, ficando muito mais na sua interpretação lírica, neste lirismo em que as palavras significam muito mais do que os próprios fatos que elas respaldam.

Na evolução histórica do nosso continente, vemos que, muitas vezes, quando as nações das outras Américas que não a do Norte — as da América Central e principalmente as da América do Sul — foram expostas a agressões, nem sempre os Estados Unidos vieram em seu socorro; fizeram-se de um tanto surdos, para não intervir na defesa desses territórios. Ai está o caso das Ilhas Falkland, que os ingleses reivindicaram e voltaram a ocupar, sem nenhum protesto dos Estados Unidos da América.

Mas, de qualquer forma os princípios do pan-americanismo encontram nas nações latino-americanas, embora constituíssem uma iniciativa unilateral, partida dos Estados Unidos, com um sentido paternalista de dar a sua proteção aos demais países do continente. Mesmo assim, a iniciativa teve boa receptividade por parte dessas nações, recentemente emancipadas; através das suas lutas de independência, e assim se consolidou, em teoria a chamada Doutrina de Monroe ou do pan-americanismo. Estadistas de vários outros países louvaram essa doutrina e como homenagem muito especial a uma grande figura de estadista brasileiro, desejo relembrar neste momento a atitude tomada pelo Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrade e Silva, o qual, em 1826, poucos anos após a Independência do Brasil, pronunciava as seguintes palavras:

"O senso comum, a política, a razão em que se funda e a crítica situação da América estão dizendo ao mundo, a quantos têm ouvidos para ouvir e olhos para ver, que uma liga ofensiva e defensiva de quantos Estados, ocupamos este vastíssimo continente, é necessário para que todos e cada um deles possa conservar íntegras a sua liberdade e independência, altamente ameaçadas pelas revoltantes pretensões da Europa."

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Jost — 2º Vice) Lembro ao nobre orador que dispõe apenas de três minutos para concluir seu discurso.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Vou procurar ser breve, Sr. Presidente.

Dizia eu que, embora amparado pelo pensar das elites de várias nações deste continente, ao movimento do pan-americanismo faltava conteúdo real, faltava alguma coisa que o respaldasse substancialmente em face dos interesses em jogo.

Até hoje verificamos que o pan-americanismo, tendo nascido como um fruto do idealismo da chamada época histórica da grande ilusão — o liberalismo — não obteve uma consis-

iência nítida que desse ao continente americano, unido, coeso e forte, um poder político de categoria verdadeiramente continental. Nem mesmo juridicamente podemos falar num direito americano que se possa contrapor ao direito internacional formulado à base de realidades mais substanciais, com raízes mais profundamente inseridas na realidade social, nas circunstâncias e nos acontecimentos históricos do mundo.

Diante disso, temos que analisar nos dias de hoje até onde vai a validade desse movimento chamado pan-americanismo. Encontra ele uma ressonância autêntica nas circunstâncias atuais? Tem ele uma substância que permita que as nações latino-americanas e anglo-americanas deste continente, possam se unir dentro dos seus princípios para confiar nessa doutrina, de maneira inabalável?

Este problema deve ser encarado à luz de uma análise objetiva da conjuntura econômica, política e social de nossos dias.

Devemos não esquecer que vivemos hoje esta grande época revolucionária, que é o clímax da revolta anticolonial em sua expressão máxima: revolução que Spengler chamou a "Revolução dos povos de cor" e que, na verdade, tem transcendência e significação tão grandes, no dizer de Chester Bowles, no seu magnífico livro "As Novas Dimensões da Paz", quanto a própria Revolução Norte-Americana, a Revolução Francesa, ou a Revolução Soviética.

Essa revolução anticolonial que se processa em todos os quadrantes do mundo e através da qual os povos oprimidos e colonizados exteriorizam uma vontade indomável de emancipação, e um desejo incontido de autodeterminação, dá ao pan-americanismo, um novo sentido, uma nova orientação, uma nova realidade política.

Ninguém ignora que o nosso continente não pode ser considerado como uma só América. Nem geográfica, nem culturalmente.

Há três Américas geográficas: a do Norte, a do Centro e a do Sul. E há pelo menos duas Américas culturais: a Anglo-Saxônica e a Latino-Americana ou Ibérica. Desde suas origens essas duas Américas são bem diferentes. Com características e com interesses próprios.

A América Latina se formou sob o signo de uma colonização do tipo medieval, desde que a Península Ibérica, mesmo nos Séculos XV e XVI, ainda estava eivada daquele medievalismo que já tinha sido ultrapassado na Europa para além dos Pireneus mas permanecia vivo na Espanha e Portugal. Já a América inglesa fora colonizada sob signo diferente, sob um signo pos-renascentista e pos-luterano, um signo muito mais do mercantilismo do que do medievalismo. Essa diferença de formação levou essas duas forças culturais da América a tomarem rumos até certo ponto divergentes: a América inglesa, um rumo mais pragmático, e a América latina, um rumo mais lírico; uma, defendendo mais os negócios, a outra, defendendo mais a cultura tradicional.

Esses rumos diversos, não significam entretanto, que se contraponham as duas Américas de forma a não permitirem o seu mútuo entendimento. Não. Esse entendimento é possível, desde que seja formulado em termos novos, dentro de uma nova concepção daquilo que hoje se chama a cooperação entre os povos.

Este entendimento será de alta utilidade se as duas Américas, principalmente a anglo-saxônica — os Es-

tados Unidos da América — estiverem dispostos a rever essa doutrina, superada pelos fatos em novos termos, que possam atender às aspirações de emancipação dos povos latino-americanos, não do colonialismo político, pois já somos repúblicas livres, mas do colonialismo econômico ao qual continuamos subjugados.

O pan-americanismo só poderá sobreviver se não for insulhado este espírito de nacionalismo e de anti-imperialismo que constitui a ideia-força de toda a política dos países deste continente. Nesta reformulação de sua realidade política está equacionado o problema do panamericanismo, como uma doutrina de verdadeira cooperação mútua e não de tentativas de manter qualquer nação sob a tutela estrangeira, mesmo em moldes disfarçados.

Tenho esperanças de que o pan-americanismo tome um rumo novo, dentro deste sentido de admitir que a cooperação entre os povos não se deve fazer apenas nos termos vagos daquela assistência técnica e financeira que as grandes potências, inclusive os Estados Unidos, dizem dispensar aos países pobres e subdesenvolvidos. Assistência tão precária e tão suspeita em suas intenções, que um grande estudioso do assunto, o escritor Tibor Mende, a ela se refere como "a ajuda que não ajuda", porque não é formulada em termos dos interesses dos países ajudados, mas nos termos dos interesses das grandes potências, do tipo muito mais imperialista do que cooperativista em sua política internacional. Por toda a parte o colonialismo agoniza e não poderia, pois, sobreviver, com nenhum rótulo na terras da América.

Pan-americanismo não pode ser, pois, nem intervencionismo nem tutelismo nos destinos das nações do continente.

É neste sentido que devemos admitir que o desenvolvimento econômico de cada país, não pode ser tutelado ou imposto dentro dos moldes das utopias de exportação, pela porção mais rica da América para a porção mais pobre, mais subdesenvolvida. Toda política de colaboração deve ser formulada em termos de interesse mútuo, dando atendimento completo aos ansios mais profundos de cada nacionalidade.

Encaro, pois, o movimento chamado de pan-americanismo como uma utopia necessária em face das graves circunstâncias que enfrentamos. Na atual conjuntura política do mundo, já não existe outra alternativa senão a Paz, declarou com razão um filósofo contemporâneo. Realmente a paz é hoje um imperativo histórico ao qual ninguém poderá escapar: Seja a paz entre os homens obtida pela eliminação definitiva da guerra, seja a paz imposta aos homens pela guerra com suas armas de destruição maciça; a paz dos gigantes cenitérios a que poderá ficar reduzido o nosso planeta despojado e envolto no silêncio mortal da eternidade.

Esta contingência nos impõe uma única solução para a busca da sobrevivência. O entendimento pacífico entre os povos. Entre todos os povos do mundo. É como uma etapa para a organização de um governo mundial que visualize o Pan-americanismo, não como a formação de um bloco para instigar as discussões e as diferenças entre os povos.

Devemos por todos os meios diminuir a tensão social num mundo tão dividido como o nosso. Mundo separado por um largo fosso, em dois grupos de povos. Os povos que não comem e os povos que não dormem, aterrorizados pela ameaça de revolta dos que

não comem. Cumpre ao Pan-americanismo autêntico lutar contra o subdesenvolvimento, fazendo de todos os povos da América uma só comunidade, de homens que possam comer e possam dormir, libertados de uma vez dos espectros da fome e do medo.

Aproveito o dia de hoje de comemoração do pan-americanismo, para formular, sob a invocação do pensamento construtivo de homens de estatura de um Jefferson, um Bolívar, um Rui Barbosa, um apelo para que trabalhe-mos pela criação de um governo mundial, que possa pôr um parafuso à política suicida dos fabricantes de guerra.

Sempre fui pela organização de um governo mundial, porque entre os dois tipos de paz, a paz entre os vivos e a paz *post-mortem* sempre preferi a primeira.

E porque acredito firmemente que a paz entre os homens constitui um objetivo ao alcance dos recursos humanos e não uma utopia irrealizável. O Governo Mundial representa a meu ver o movimento ideal para alcançar este objetivo.

Os céticos dirão que nunca acabaremos com a guerra, porque os homens com suas diferenças de sentir e de pensar criam sistemas sociais diferentes e prisioneiros destes sistemas se baterão sempre para os impôr pela força aos outros homens prisioneiros de outros sistemas. Mas a verdade que anula este ceticismo é que dia a dia se vão quebrando as malhas dos sistemas que limitam e isolam os homens, cada vez mais conscientes de que as semelhanças que os unem são maiores do que as diferenças que os separam. Quando se observa a humanidade sem preconceitos e com real simpatia com este mínimo de simpatia que é necessário à sua compreensão, verifica-se que sob a pele variada de suas múltiplas aparências, todos os homens se apresentam formados de uma idêntica substância; a substância humana, forjada na experiência monótona e sublime das alegrias, das dores, e das angústias que constituem o patrimônio comum de sentimentos de todos os homens.

Como a ciência já provou que não há raças superiores nem inferiores, que não há povos predestinados ao bem ou ao mal, também chegará o dia em que ficará provado que todos os homens de todas as raças, em todas as latitudes poderão ter aspirações semelhantes e poderão juntas trabalhar para que elas se realizem no interesse da coletividade mundial.

Com isso queremos dizer que a nosso ver a guerra não é uma contingência inevitável e insuperável de condição humana como a morte, mas um acidente que ocorreu numa determinada fase de evolução social da espécie humana, e que poderá desaparecer noutra fase de sua evolução.

Todos aqueles que observam os fatos sociais com disciplina e método científicos apresentam que estamos no limiar de uma nova era, na qual a guerra deverá desaparecer encerrando assim a fase bárbara da história da humanidade. As surpreendentes conquistas da ciência e da técnica permitindo a exploração dos recursos e forças da natureza, em escala imprevisível, poderão afastar todos os fatores geradores dos conflitos internacionais. Com o emprego racional e justo dos conhecimentos humanos torna-se hoje bem fácil acabar com a fome e a miséria, com as desigualdades sociais mais gritantes e com os ressentimentos e rancores que estas desigualdades geram. E se isto não foi ainda obtido é que, embora se

viva teoricamente no nosso século, sob o signo da ciência, politicamente ainda agimos dentro de princípios a sistemas sociais pré-científicos. Sistemas empíricos, que se apóiam em preconceitos e em mitos, inteiramente superados pela realidade vigente. Uma destas sobrevivências, de mais nefastas influências para o mundo é a ideia da soberania absoluta das nações, na defesa da qual os países se drenam e armando-se criam dispositivos materiais e morais para a eclosão das guerras.

Para terminar com a guerra bastaria vencermos esta absurda sobrevivência da soberania nacional absoluta em nome da qual se perpetraram os maiores crimes contra a humanidade. O crime de expor a humanidade inteira aos perigos de sua destruição total e o crime de desviar para as despesas com armamentos, os maiores crimes contra a humanidade seriam necessários e suficientes para tirar da fome e da miséria, os dois terços de habitantes do nosso planeta que até hoje não se libertaram do estado de escravidão natural.

Os apologistas da defesa armada justificam esta conduta pelo temor da própria guerra. Certamente o temor os cega, porque só os cegos não se apercebem que esta conquista da paz pela supremacia da força armada constitui uma utopia bem maior do que a conquista da paz pela força da lei. Não há maior contra-senso do que querer alcançar a paz com instrumentos de guerra, forçados para serem manipulados na guerra e por isto incitando permanentemente à ação bélica. O caminho real para a construção de uma paz duradoura, e não de uma paz fictícia, hoje sinônimo de guerra fria, é a criação de uma Federação Mundial que limitando a soberania nacional no campo das divergências internacionais, sem atentar os demais direitos e liberdades das nações, evite os conflitos armados. O instrumento ou a autoridade capaz de realizar este objetivo vital nos nossos dias é o Governo Mundial, integrado por todas as nações do mundo sob a forma de uma Federação dos Povos.

Num mundo onde já se desvaneceram todas as ilusões de que nenhum país pode viver economicamente independente da conjuntura econômica mundial, apresenta-se como algo anacrônico, esta ideia da total soberania política, num campo tão sensível e tão explosivo como o das relações internacionais. Não foi para abrandar esta tão exacerbada tensão social do mundo que se criou a O. N. U.? Para que nela sejam debatidas e se possível resolvidas dentro do espírito da lei as diferenças entre nações? Mas a ONU é apenas um organismo internacional e não supranacional como se faz necessário para poder conter com sucesso todos os exageros da soberania de cada Estado. A ONU representa hoje um meio caminho para o Governo Mundial. Graças a ela o mundo conseguiu o que se chama a *coexistência pacífica*. Mas só com a implantação de um Governo Mundial conseguiremos a *cooperação pacífica* indispensável à conquista da paz.

do bem-estar social de todos os povos.

A existência de uma política pan-americana que venha a criar uma família de nações deste continente unificadas por um ideal comum será meio caminho para o Governo do Mundo. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

DISCURSO DO DEPUTADO SENHOR CUNHA BUENO, PROFESSOR NA SESSÃO DO DIA 30 DE ABRIL DE 1959, CUJA PUBLICAÇÃO SERIA FEITA POSTERIORMENTE.

O SR. CUNHA BUENO:

(Para uma comunicação): — Sr. Presidente, um dos assuntos que mais preocupam, no presente momento, a opinião pública é, sem dúvida alguma, o que diz respeito à pretendida interiorização da Capital da República.

Quando o Governo Federal deu início às obras da construção de Brasília, poucos no país acreditavam na possibilidade da transferência dos três Poderes da União efetuar-se a 21 de abril do ano próximo, conforme determina lei aprovada pelo Congresso. Entretanto, foi aos poucos a opinião pública nacional sendo despertada pelo crescente interesse por tudo aquilo que se refere ao planejamento e execução da audaciosa obra de se plantar no Brasil Central, uma cidade cuja construção procure obedecer a técnica mais avançada no terreno da arquitetura.

Temos em mão interessante estudo realizado pelo IBOPE e divulgado no

Boletim das Classes Dirigentes. Ninguém desconhece os magníficos serviços que tem prestado o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística com referência ao aferimento da vontade popular.

O IBOPE realizou duas pesquisas procurando, através de consultas populares, conhecer o pensamento da gente brasileira sobre a mudança da Capital da República. A primeira consulta foi concluída em janeiro de 1958, tendo sido ouvida a população de cinco Capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre e Salvador. A segunda abrangeu o total de dez cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Santos, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza.

Para perfeito conhecimento dos Srs. Deputados e do público que acompanha as atividades desta Casa através da leitura do Diário do Congresso passo às mãos de V. Exa., Sr. Presidente, os dados completos das pesquisas realizadas, requerendo que as mesmas sejam publicadas.

Lendo-se o resultado dessas pesquisas chega-se à conclusão, Sr. Presidente, de que cada vez mais o povo brasileiro se preocupa com a questão da mudança da Capital. O número daqueles que, no período de janeiro de 1958 a janeiro de 1959, acreditam que o Brasil poderá ter o seu poder central instalado a partir de 21 de abril no Planalto Central, cresce rapidamente.

Era o que tinha a dizer (Muito bem).

O documento a que se referiu o Sr. Deputado Cunha Bueno em seu discurso e que se publica com a devida autorização é o seguinte:

"PESQUISA DE NOV/DEZ/58"

P.) O que está mais de acordo com o seu modo de pensar sobre a mudança da capital para Brasília?

	A Capital deve ser mudada rapidamente	Deve ser mudada lentamente	Não deve sair do Rio	Não sabe
Rio	30%	32%	29%	9%
São Paulo	24	33	31	12
Porto Alegre	38	25	14	13
Curitiba	24	36	22	16
Campinas	19	51	26	4
Santos	26	44	22	8
Belo Horizonte	40	47	8	5
Salvador	40	12	30	18
Recife	30	17	30	23
Fortaleza	31	24	27	19

Há casos em que os índices das 3 alternativas se equilibram razoavelmente. Podemos estabelecer, entretanto, uma separação de resultados segundo:

Cidades onde a maioria do eleitorado é favorável à mudança rápida da capital para Brasília:

	Mudança rápida
Porto Alegre	38%
Salvador	40
Fortaleza	31

Cidades onde a maioria do eleitorado é favorável à mudança lenta da capital para Brasília:

	Mudança lenta
Rio de Janeiro	32%
São Paulo	33
Curitiba	36
Campinas	51
Santos	44
Belo Horizonte	47

Importo de respostas:

rápidamente - 30%
não sair do Rio - 30%

Seguem um paralelo no tempo. Confrontamos pesquisa de Jan/58 com esta sondagem de agora:

	rápidamente	lentamente	não mudar	não sabem
Jan/58	30%	30%	29%	9%
Dez/58	30%	32%	27%	9%

A opinião pública brasileira definiu melhor agora (aumenta 9% de "não sabem") crescendo, porém, quase que igualmente as 3 hipóteses:

rápidamente = mais 0%
lentamente = mais 0%
não mudar = mais 2%
não sabem = menos 10% > 10%

	rápidamente	lentamente	não mudar	não sabem
Jan/58	16%	24%	23%	37%
Dez/58	16%	24%	23%	37%

Referiu-se ao S. Paulo a ideia da mudança. "rápidamente" ganhou mais 6%, "lentamente" 5% e "não mudar" caiu em 2%

rápidamente = mais 6%
lentamente = mais 5%
não mudar = menos 2%
não sabem = menos 0% > 11%

	rápidamente	lentamente	não mudar	não sabem
Jan/58	16%	24%	23%	37%
Dez/58	16%	24%	23%	37%

Cresceu apreciavelmente a ideia no Recife: de Jan/58 para Dez/58, temos

rápidamente = passou de 16% para 30% = mais 14%
lentamente = caiu de 22% para 17% = menos 5%
não mudar = caiu de 43% para 30% = menos 13%
não sabem = passou de 17% para 23% = mais 6% > 15%

	rápidamente	lentamente	não mudar	não sabem
Jan/58	16%	24%	23%	37%
Dez/58	16%	24%	23%	37%

Fazemos semelhante ao do Recife, sendo que aqui, se caiu também o índice de "não mudar", parte foi para "mudar lentamente", ao contrário da capital pernambucana.

rápidamente = passou de 13% para 28% = mais 15%
lentamente = passou de 22% para 35% = mais 13%
não mudar = caiu de 32% para 24% = menos 8%
não sabem = caiu de 27% para 13% = menos 14% > 32%

	rápidamente	lentamente	não mudar	não sabem
Jan/58	16%	24%	23%	37%
Dez/58	16%	24%	23%	37%

Analisemos à parte

rápidamente = passou de 16% para 40% = mais 24%
lentamente = caiu de 13% para 12% = menos 1%
não mudar = caiu de 46% para 30% = menos 16%
não sabem = caiu de 22% para 15% = menos 7% > 21%

Simplificando, pode-se dizer que a opinião pública brasileira vai tomando partido em torno do assunto, o que se nota, claramente, pela queda dos índices de:

	"NÃO SABEM"		
	em Jan/58	em Dez/58	Diferença
Rio	19%	9%	- 10%
São Paulo	21	12	- 9
Recife	17	25	+ 8
Porto Alegre	27	13	- 14
Salvador	22	18	- 4